

## ESTUDO DE CASO: SEU POTENCIAL NA EDUCAÇÃO

Marli E. D. A. André  
Da PUC do Rio de Janeiro

Há muitos anos o estudo de caso vem sendo utilizado como forma de investigação em disciplinas como a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia, o direito, a medicina, o serviço social, cada uma delas procurando desenvolver procedimentos que tornem a abordagem adequada a seus respectivos propósitos. O estudo de caso na educação, entretanto, é algo muito mais recente.

Seu principal marco é provavelmente uma conferência internacional realizada em dezembro de 1975, em Cambridge, Inglaterra sob o tema: *Métodos de Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*, onde foram levantadas e debatidas várias questões relacionadas ao uso dessa abordagem no campo da educação. O documento final do encontro (Adelman et al., 1976) sintetiza as principais conclusões do grupo de participantes da conferência os quais ressaltaram a necessidade de "elucidar melhor os pressupostos epistemológicos e teóricos do estudo de caso na pesquisa educacional" e de refletir sobre as questões metodológicas a ele associadas (Simons, 1980).

A própria conceituação de estudo de caso, suas características distintivas e a forma de desenvolver tal tipo de trabalho são aspectos que parecem não ter sido ainda suficientemente discutidos entre os educadores, o que tem originado uma série de incompreensões e mistificações sobre o seu potencial efetivo na educação.

Procurarei tomar aqui alguns desses aspectos.

### Estudo de Caso: Definição

A primeira questão ao tratar do tema estudo de caso, relaciona-se à sua definição: O que é estudo de caso? A posição tomada na Conferência de Cambridge (Adelman et al., 1976), foi que o estudo de caso é um termo amplo, incluindo "uma família de métodos de pesquisa cuja decisão comum é o enfoque numa instância" (p. 2). Partindo dessa mesma definição, Nisbett e Watt (1978) sugerem que o estudo de caso seja entendido como "uma investigação sistemática de uma instância específica" (p. 5). Essa instância, segundo eles, pode ser um evento, uma pessoa, um grupo, uma escola, uma instituição, um programa, etc.

Reconhecendo que o caráter amplo da definição pode levar a interpretações indevidas, os participantes da Conferência de Cambridge procuraram antecipar, no documento final do encontro, algumas das possíveis atribuições equívocas à estratégia. Em primeiro lugar, dizem eles, o estudo de caso não pode ser igualado aos estudos de observação participante, pois isso excluiria o estudo de caso histórico, não menos interessante e relevante que os trabalhos de observação. Em segundo lugar, enfatizam eles, estudos de caso não podem ser tomados simplesmente como esquemas pré-experimentais de pesquisa. Embora eles sirvam muitas vezes para indicar variáveis que são manipuladas e controladas posteriormente em estudos experimentais, essa não é sua única função. O conhecimen-

to gerado através do estudo de caso tem um valor único, próprio e singular. Em terceiro lugar, o documento esclarece que estudo de caso não é o nome de um pacote metodológico padronizado, isto é, não é um método específico de pesquisa, mas uma *forma particular de estudo*. As técnicas de coleta de dados utilizadas no estudo de caso se identificam com as técnicas do trabalho de campo da sociologia e antropologia. Porém, a metodologia do estudo de caso é eclética, incluindo, via de regra, observação, entrevistas, fotografias, gravações, documentos, anotações de campo e negociações com os participantes do estudo.

### Características fundamentais

Os estudos de caso pretendem retratar o idiosincrático e o particular como legítimos em si mesmos. Tal tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos). O "caso" é assim um "sistema delimitado", algo como uma instituição, um currículo, um grupo, uma pessoa, cada qual tratado como uma entidade única, singular.

Algumas das características ou princípios gerais que são frequentemente associadas ao estudo de caso são os seguintes:

1. Os estudos de caso buscam a descoberta. Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos que orientam a coleta inicial de dados, ele estará constantemente atento a elementos que podem emergir como importantes durante o estudo, aspectos não previstos, dimensões não estabelecidas a priori. A compreensão do objeto se efetua a partir dos dados e em função deles.

2. Os estudos de caso enfatizam "a interpretação em contexto". É um pressuposto básico desse tipo de estudo que uma apreensão mais completa do objeto só é possível se for levado em conta o contexto no qual este se insere.

3. Estudos de caso procuram representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Neste tipo de estudo o pesquisador se propõe a responder às múltiplas e geralmente conflitantes perspectivas envolvidas numa determinada situação. Ele o faz, principalmente, através da explicitação dos princípios que orientam as suas representações e interpretações a através do relato das representações e interpretações dos informantes.

4. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. Ao desenvolver o estudo de caso o pesquisador faz uso frequente da estratégia de triangulação, recorrendo para isso a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e provenientes de diferentes informantes. Ele pode usar também a triangulação de métodos — checagem de um aspecto, questão ou problema, através do uso de diferentes métodos. E pode recorrer ainda à triangulação de investigadores — dois ou mais observadores focalizando o mesmo objeto. Finalmente ele pode usar a triangulação de teoria, isto é, analisar os dados à luz de diferentes pontos de vista teóricos. E ainda,

ele pode combinar os diferentes tipos de triangulação no mesmo estudo.

5. Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. O pesquisador procura descrever a experiência que ele está tendo no decorrer do estudo, de modo que, os leitores possam fazer suas "generalizações naturalísticas". Em lugar da pergunta "Esse caso é representativo do que?" o leitor vai indagar "O que eu posso (ou não posso) aplicar desse caso para a minha situação?". A generalização naturalística se desenvolve no âmbito do indivíduo e em função de seu conhecimento experiencial.

6. Os estudos de caso procuram retratar a realidade de forma completa e profunda. Esse tipo de estudo pretende revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo.

7. Os relatos de estudo de caso são elaborados numa linguagem e numa forma mais acessível do que os outros tipos de relatórios de pesquisa. A própria concepção de estudo de caso implica que os dados podem ser apresentados numa variedade de formas tais como colagens, dramatizações, fotografias, apresentações orais, auditivas, visuais ou uma combinação delas. Os relatos escritos apresentam, geralmente, um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições.

Em vista dessas várias características pode-se indagar: Em que o estudo de caso se distingue de outros tipos de estudo? Acredito que sua característica mais distintiva é a ênfase na singularidade, no particular. Isso implica que o objeto de estudo seja examinado como único, uma representação singular da realidade, realidade esta, multidimensional e historicamente situada.

Desse modo, a questão sobre o "caso" ser ou não "típico", isto é, empiricamente representativo de uma população determinada torna-se completamente inadequada, já que cada "caso" é tratado como único, singular. Como se coloca então o problema da generalização neste tipo de investigação? A generalização aqui é tratada como um processo subjetivo e não como um ato de inferência lógica (ou estatística). O reconhecimento de semelhanças ou de aspectos típicos ocorre no domínio do indivíduo. É o que Stake (1978) chama de "generalização naturalística". Na medida em que o sujeito (o leitor) percebe a equivalência deste caso particular com outros casos ou situações por ele vivenciadas anteriormente, ele estabelece as bases da generalização naturalística. Para isso, ele usa prioritariamente um tipo de conhecimento que Poanyi chama de conhecimento tácito que são aquelas sensações, intuições, percepções que não podem ser expressas em palavras. O estudo de caso supõe que o leitor vá usar esse conhecimento tácito para fazer as generalizações e para desenvolver novas idéias, novos significados, novas compreensões.

O estudo de caso valoriza o conhecimento experiencial e enfatiza o papel importante do leitor na gera-

ção desse conhecimento. É o leitor que deve perguntar a si mesmo: O que existe neste estudo que eu posso aplicar à minha situação? E ao fazer as associações e dissociações, o leitor vai construindo as suas próprias interpretações, vai desenvolvendo o seu processo de compreensão das coisas, da realidade, do mundo. É essencial então que o retrato vivo e completo produzido pelo estudo de caso apresente todos os elementos necessários para que o leitor possa fazer as suas interpretações, reiterando ou não, as representações do autor. O relato do caso deve deixar muito claro a distinção entre descrição e interpretação, evidências primárias e secundárias, afirmações gerais e depoimentos, resumos e citações.

### Alguns Dilemas da Prática do Estudo de Caso

Na própria conceituação de estudo de caso — exame aprofundado e sistemático de uma instância — está implícita a necessidade de um contato estreito e prolongado do pesquisador com a situação ou objeto pesquisado. Podemos então levantar a seguinte questão: como é possível dentro das condições de trabalho do pesquisador brasileiro — que em geral desenvolve suas atividades de pesquisa em paralelo a uma série de outras atividades — administrativas, docentes, culturais — realizar um tipo de estudo que requer permanência longa e concentrada no campo e uma intensa imersão nos dados? Como conciliar as exigências da prática da pesquisa com as demandas da atividade profissional diária? Estamos certamente diante de um dilema. Deste dilema, entretanto, partilham muitos pesquisadores, até mesmo os de contextos culturais bem desenvolvidos como a Grã Bretanha de que nos fala Robert Walker, num interessante artigo sobre a teoria, a ética e os procedimentos do estudo de caso em educação (Walker, 1980). Discutindo formas alternativas de resolver o impasse, Walker sugere que o pesquisador educacional desenvolva o trabalho num período condensado de tempo mas empreenda uma intensa negociação com os sujeitos do estudo e com os responsáveis pelo financiamento do estudo de modo a poder revelar as diferentes e talvez divergentes concepções sobre o fenômeno estudado. A visão do autor é que o estudo de caso deve ser um retrato vivo da realidade educacional em suas múltiplas dimensões e complexidade própria. O pesquisador tem assim uma certa obrigação de apresentar as interpretações diferentes que diferentes indivíduos ou grupos desenvolvem sobre uma mesma situação e deve fazê-lo de tal forma que possibilite uma variedade de interpretações da situação. Outra exigência seria a explicitação dos métodos e procedimentos utilizados pelo pesquisador, de modo que, se os próprios informantes quisessem continuar o estudo eles saberiam que caminho seguir. O processo de investigação deve envolver ainda, segundo Walker, uma constante negociação entre o pesquisador e os informantes sobre aquilo que é relatado. As negociações neste caso dizem respeito à acuidade e relevância daquilo que é selecionado para apresentação assim como o conteúdo das informações, isto é, o que pode ou não pode e o que deve ou não

deve ser tornado público.

É evidente que um trabalho de campo condensado vai só agravar as críticas geralmente feitas ao estudo de caso, principalmente sobre a validade e fidedignidade dos dados. Pode-se contudo responder a essas críticas, lembrando que, nesse tipo de pesquisa os conceitos de validade e fidedignidade não devem ser vistos do mesmo modo no paradigma científico-convenicional. O conceito usual de fidedignidade envolve o confronto ou a relação entre os eventos e a sua representação, de modo que diferentes pesquisadores possam chegar às mesmas representações dos mesmos eventos. No estudo de caso esse problema se coloca de maneira bem diferente já que o proposto é apresentar a informação de forma que dê margem a múltiplas interpretações. Não se parte do pressuposto de que as representações do pesquisador sejam a única forma de apreender a realidade, mas assume-se que os leitores vão desenvolver as suas próprias representações e que estas são tão significativas quanto as do pesquisador.

O problema da validade se torna realmente grave se não é possível permanecer tempo longo no campo, quando o pesquisador teria oportunidade de corrigir falsas interpretações ou esclarecer interpretações duvidosas. Judith Dawson (1982) discute especificamente a questão da validade na pesquisa qualitativa e sugere uma série de procedimentos para aumentar a probabilidade de que os dados relatados sejam válidos. Entre outras ela sugere que todo o trabalho de pesquisa seja desenvolvido por um grupo de pesquisadores. Além disso ela recomenda o emprego de diferentes métodos de investigação, de uma variedade de informantes e de uma diversidade de contextos e a subsequente triangulação das informações obtidas. Sugere também a definição progressiva do foco principal do estudo e outras estratégias cuja discussão exaustiva extrapolaria o âmbito deste trabalho.

Uma das implicações do estudo de caso num período concentrado de tempo no campo é que o pesquisador provavelmente utilizará muito mais a entrevista do que é usual nos estudos de observação participante. Porque o pesquisador se propõe a retratar a situação pesquisada em suas múltiplas dimensões, ele vai buscar nos informantes a variedade de significados que eles atribuem a essa situação. Para realmente obter os dados necessários ele terá sem dúvida que garantir aos informantes o *sigilo* das informações e provavelmente o *controle* sobre o conteúdo e a publicação dos dados. Isso significa que se por um lado o sigilo garante a obtenção dos dados que podem orientar mais precisamente a pesquisa e aumentar a validade das interpretações, por outro lado a possibilidade de controle das informações pelos informantes pode fazer com que aspectos cruciais da situação sejam parcial ou até mesmo integralmente eliminados do estudo. Evidentemente aqui está uma questão ética bastante delicada e muito difícil de resolver.

Para concluir eu gostaria de levantar a seguinte questão: Em que medida é o conhecimento gerado pelo estudo de caso diferente do conhecimento gerado por outros tipos de pesquisa?

Repetindo um pouco Stake (1981) eu diria que o conhecimento derivado do estudo de caso é mais concreto, mais contextual e mais sujeito à interpretação do leitor do que o conhecimento gerado em outros tipos de pesquisa.

Em primeiro lugar, o estudo de caso pretende representar uma instância em ação e o faz através de uma linguagem simples, coloquial, com figuras de estilo, exemplos, ilustrações, descrições, transmitindo as experiências do autor e apelando para o conhecimento pessoal, tácito e experiencial do leitor. É evidente que os estudos de caso podem incluir também terminologias mais sofisticadas, concepções mais abstratas. Isso vai depender dos propósitos do estudo e da clientela a quem é dirigido. O fato relevante aqui é que o estudo de caso não privilegia apenas um estilo de apresentação — formal, hermético, cheio de conceitos abstratos — mas procura utilizar formas de representação que evoquem os processos de julgamento que as pessoas usualmente empregam para compreender a vida e as ações sociais que as cercam.

Em segundo lugar, os estudos de caso enfatizam a importância de contextualizar as informações e situações retratadas. Esse princípio se apóia no pressuposto de que a realidade é complexa e os fenômenos são historicamente determinados, daí a necessidade de que sejam levadas em conta todas as possíveis variá-

veis associadas ao fenômeno. É por isso que o estudo de caso focaliza o particular tomando-o como um todo, atendo-se aos seus componentes principais, aos detalhes e à sua interação.

Finalmente, os estudos de caso devem ser elaborados de modo a permitir interpretações alternativas e generalizações naturalísticas. Considerando que o processo de compreensão da realidade social envolve não só o conhecimento lógico formal mas outros tipos de conhecimento — como as instituições, sensações, impressões — o estudo de caso é estruturado de tal maneira a permitir a manifestação dessas várias formas de conhecimento e de favorecer o desenvolvimento de interpretações alternativas. Assim os relatos do estudo de caso devem conter uma grande massa de dados brutos suficientemente ricos para admitir subsequente interpretação. Devem também descrever os métodos de trabalho empregados assim como o processo de triangulação utilizado pelo pesquisador para que seja possível julgar a validade e os vieses da informação. Devem ainda apresentar os pontos de vista dos diferentes participantes frente à problemática estudada assim como suas reações ao relatório do estudo para que seja possível aos leitores compreender a situação em sua complexidade própria e fazer julgamentos sobre as implicações do estudo.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, C. et al. Re-thinking case study: notes from the second Cambridge Conference. *Cambridge Journal of Education*, 6, 3, 1976.
- DAWSON, J. A. *Qualitative research findings: what do we do to improve and estimate their validity?* Trabalho apresentado no Encontro Anual da AERA, New York, 1982.
- NISBETT, J. e Watt, J. *Case Study*. Redguide 26: Guides in Educational Research. University of Nottingham School of Education, 1978.
- SIMONS, H. (ed.) *Towards a science of the singular*. Norwich, England: Centre for Applied Research in Education, University of East Anglia, 1980.
- STAKE, R. E. The case study method in social inquiry. *Educational Researcher*, 7, 2, 1978.
- STAKE, R. E. Case Study methodology: an epistemological advocacy. In: Welch, W. W. *Case study methodology in educational evaluation*. Proceedings of the Minnesota Evaluation Conference, 1981.
- WALKER, R. The conduct of educational case study: ethics, theory and procedmes. In: Dockrell, W. B. e Hamilton, D. (eds.) *Rethinking Educational Research*. London, Hodder and Stoughton, 1980.